
**REFLEXÕES A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA COM MULHERES ARTESÃS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA UNIÃO E PROGRESSO (ACUP)
FEIRA DE SANTANA – BA**

Organização do Trabalho

Cristina Souza Silva – Pós-graduanda em Sociedade, Inovação e Tecnologia Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB Email: cristinasouzafsa@gmail.com

Isael Pina Junior – Pós-graduando em Sociedade, Inovação e Tecnologia Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB Email: isaelpina@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho é resultado de reflexões feitas a partir da Associação Comunitária União e Progresso – ACUP, localizada no bairro Pedra do Descanso no município de Feira de Santana-Ba. O mesmo discute características, especificidades e gestão do empreendimento em análise, refletindo também sobre os seus desafios. Para tanto, foram feitas revisão bibliográfica, pesquisa de campo com entrevistas e análise dos dados. A ACUP é composta por 45 mulheres que produzem e comercializam artesanatos. É um empreendimento econômico solidário que apresenta pluralidade nos princípios econômicos, autonomia institucional e democratização nos processos decisórios. Na medida em que gera emprego e renda a ACUP se projeta positivamente no âmbito social e econômico, no entanto, precisa vencer alguns desafios como construção de espaço físico próprio, escoamento da produção, maior capacitação profissional entre outros.

Palavras-Chave: Economia Solidária; ACUP; Mulheres; Artesanato

1. Introdução

O sistema capitalista produz uma sociedade desigual em que muitos indivíduos são excluídos do processo de produção e nessa lógica de incluídos e excluídos o capitalismo se fortalece. Os excluídos, por sua vez, formam um exército de reserva que alimentam a mão-de-obra barata e assim tornam os donos dos meios de produção cada vez mais ricos. Estes se restringem a uma pequena parcela da população, enquanto os outros se multiplicam cada vez mais.

Nas diferentes esferas sociais o sistema capitalista se alimenta pela lógica de competitividade e conseqüentemente de exclusão. Assim, o reflexo da lógica capitalista é a produção de uma sociedade, competitiva, excludente e desigual. Segundo Singer (2002), para termos uma sociedade diferente, ou seja, contrária a esta que esta posta, a economia tem que passar do caráter competitivo para o caráter solidário, predominando a igualdade entre todos os seus membros, ou seja, a atividade econômica deve cooperar entre si. A partir de tal perspectiva o presente trabalho objetiva discutir características, especificidades e o modelo de

gestão de empreendimentos econômicos solidários, refletindo sobre os desafios enfrentados a partir da experiência analisada.

Os caminhos investigativos para efetivação da pesquisa tiveram as seguintes etapas: 1- Pesquisa bibliográfica; 2- Pesquisa de Campo em abril de 2011, onde foi realizada uma entrevista semi-estruturada à dirigente da ACUP, Sr^a Maria da Paixão, na qual foi possível reunir e registrar as informações através de fotos, filmagens e gravações; 3- Análise e integração dos dados.

2. Economia Solidária: aprendendo com alguns teóricos

Tomando como base diversos autores, Moura et.all (2004) diz que o termo “Economia Solidária sintetiza uma diversidade de experiências organizacionais de caráter econômico que se baseia em novas e antigas formas de solidariedade”. Assim, podemos inferir a partir do pensamento de França Filho (2001) que a Economia Solidária reflete uma espécie de reatualização do ideário original da economia social emergida na Europa com o surgimento do capitalismo, onde o mesmo provocou o desemprego em massa. Para enfrentar esse contexto surgiram iniciativas oriundas de setores populares que em sua ação organizacional combinou a dimensão social e econômica com um ideal de luta política, permitindo aos poucos uma mudança naquele contexto. A partir de tais iniciativas surgiram os estatutos de organizações cooperativas, mutualistas e associativas, fragmentando a economia social em estatutos jurídicos específicos. Estes por sua vez, se solidificaram aos poucos durante a segunda metade do século XIX e na passagem do século XX, repercutindo em um movimento de tendência que se consolidaram e também passaram a serem inseridos no sistema econômico dominante. A partir de tais idéias vemos que a Economia Solidária se apresenta como uma nova roupagem da economia social.

Entretanto, segundo Moura et al (2006) o conceito de Economia Solidária ainda é um conceito recente utilizado para descrever uma realidade diversa. Nesta perspectiva várias abordagens se apresentam em discussão, no entanto, duas correntes são destacadas. As mesmas divergem, sobretudo, no entendimento dos anseios que a Economia Solidária pretende (e pode) alcançar, vejamos:

Dentre as várias correntes que concebem a Economia Solidária, destacamos duas. A primeira corrente entende Economia Solidária como um modo alternativo de regulação socioeconômica para aqueles excluídos pelo capitalismo (convivência de lógicas). A segunda corrente a interpreta como uma alternativa àqueles que não querem permanecer na esfera do mercado capitalista e que lutam por um mundo melhor (enfrentamento de lógicas) (MOURA et.al, 2006, p.2)

Percebemos então que para a primeira corrente a economia solidária é uma alternativa para os excluídos e desempregados, e a mesma pode conviver com o sistema capitalista, pois este, apesar de ser hegemônico não consegue abarcar dentro de si toda a população ativa. Segundo França Filho e Laville (2004, apud MOURA, 2006) a convivência da Economia Solidária com a Economia Capitalista se baseia em três formas de economias, sendo elas: mercantil, não-mercantil e não monetária. Estas por sua vez, podem se complementar e também conviverem entre si.

Entretanto, a segunda corrente está fundamentada no socialismo e vê a Economia Solidária como uma corrente que vai contra o capitalismo hegemônico. Acredita que se pode estabelecer uma sociedade mais justa, com princípios de solidariedade e de cooperação. Essa corrente critica a estrutura social capitalista e propõe uma política do bem viver para todos.

Apesar de existirem correntes distintas sobre a proposta da Economia Solidária, percebemos que entre elas acabam ocorrendo diferenças e também semelhanças. No entanto, o que merece destaque é que a Economia Solidária vem crescendo, independente do predomínio da corrente que se defenda.

3. Gestão dos empreendimentos solidários: características e especificidades

Empreendimentos Econômicos Solidários, segundo a definição da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), são organizações coletivas permanentes (associações, cooperativas, empresas autogestionárias ou grupos de produção) suprafamiliares, cujos sócios/as são trabalhadores/as urbanos/as ou rurais e proprietários/as ou co-proprietários/as, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados.

Assim, na economia solidária casa o princípio da unidade entre posses e uso dos meios de produção e distribuição, com o princípio da socialização dos lucros. Já no caso do capitalismo, existe uma busca exacerbada pela maximização do lucro e este é destinado aos donos dos meios de produção, ou seja, a apropriação dos lucros é privada. Segundo Castelles (1999), a caracterização de um modo de produção se pauta no princípio estrutural de apropriação e controle de excedente.

No capitalismo, a separação entre os produtores e seus meios de produção, a transformação do trabalho em Commodity e posse privada dos meios de produção, com base no controle do capital determinam o princípio básico da apropriação e distribuição do excedente pelo capitalista. O capitalismo visa a maximização dos lucros ou seja, o aumento do excedente apropriado pelo capital com base no controle privado sobre os meios de produção e circulação (CASTELLES 1999, p.53).

Na economia solidária, a unidade típica da economia é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas

peças que os utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado), ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados, após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores (SINGER, 2003, p.13).

O modelo de autogestão é uma característica marcante na economia solidária diferente do modelo capitalista, cuja marca é a heterogestão. No empreendimento solidário a apropriação e distribuição do excedente da produção são coletivas e não privadas, devendo privilegiar o exercício da democracia nos processos decisórios, bem como a transformação das relações entre trabalho manual e intelectual, entre produção e gestão, pela inversão dos níveis hierárquicos..

Ao analisar a forma de gestão de “empresas solidárias”, Moura et al.(2006) traz algumas particularidades desses empreendimentos a partir de estudos feitos por França Filho (2001) em sua tese de doutorado. Para França Filho (2001, apud MOURA, et.al, 2006, p. 4) as características básicas do tipo de organização dos empreendimentos solidários são:

- a) *Pluralidade de princípios econômicos* – articulação de distintas fontes de recursos (mercantis, através da venda ou prestação de serviços; do poder público, através das várias formas de subsídios e subvenções; e, os oriundos das práticas recíprocitárias, como o trabalho voluntário, as doações e as mais diversas formas de troca-dádiva);
- b) *Autonomia institucional* – independência em relação outras instituições, evitando formas de controle externo; c) *Democratização dos processos decisórios* – existência de mecanismos de decisão coletivos ou baseados no ideal da participação democrática dos seus associados; d) *Sociabilidade comunitário-pública* – segundo o autor, se apresenta muito mais como uma *hipótese* de que esses empreendimentos desenvolvem um modo de sociabilidade singular que mistura padrões comunitários com práticas profissionais; e) *Finalidade multidimensional* – ao lado da dimensão econômica, tende a integrar as dimensões social, cultural, ecológica e/ou política, no sentido de projetar-se num espaço público.

As características apresentadas sobre as “empresas solidárias” divergem bastante das empresas capitalistas. Na Economia Solidária percebemos que a mesma se projeta a partir de um ideal coletivo onde os beneficiados não são apenas os integrantes do empreendimento, como também a comunidade local, o meio ambiente, os consumidores e outros. Assim concordamos com França Filho (2001) quando ele afirma que a Economia Solidária se apresenta em uma busca de novas formas de regulação da sociedade.

Segundo Andion (2001, apud MOURA, et.al, 2004) a gestão dos empreendimentos solidários pode ser analisada a partir de um modelo de análise que perpassam por quatro dimensões interdependentes. A primeira delas é a **dimensão social** – nela se inserem os atores, os processos de tomada de decisão, as maneiras de interação entre os sujeitos e os grupos. A segunda é a **dimensão econômica** – a qual está ligada aos procedimentos de construção da oferta e da demanda e aos recursos utilizados nos investimentos (receita e

despesa). A terceira é a **dimensão ecológica** – que remete às interconexões desde as mais particulares, como o modo de vida de cada um e suas relações com a comunidade, até as mais amplas, representadas pelo mundo do sistema, ou seja, relação com o mercado e com o Estado; A quarta e última **dimensão** é a **organizacional e técnica** – que volta-se para a produtividade, as formas de aprendizagem e conhecimentos, níveis de contentamento dos sujeitos e aos processos de avaliação individual e coletivo dos mesmos.

4. Um olhar para a ACUP e suas dimensões de gestão

A ACUP está localizada no bairro Pedra do Descanso no município de Feira de Santana-Ba (Figura. 1). Esta cidade situa-se a 12°16' de latitude sul e 38°58' de longitude oeste e é conhecida como Portal do Sertão. Como qualquer outra cidade da sociedade capitalista Feira de Santana se constitui como mais um espaço de contradições sociais.

Nos bairros nobres residem os proprietários dos meios de produção e neles são ofertados os melhores serviços de infra-estrutura. Entretanto, nos bairros periféricos como no caso da Pedra do Descanso estão os grupos sociais mais excluídos e boa parte deles sobrevivendo em condições precárias. Assim sendo, apresentam altos índices de desemprego, de pessoas sobrevivendo do mercado informal, entre outros problemas sociais. Neste contexto, nasceu em 1995 a ACUP, a partir da iniciativa da Sr^a. Maria da Paixão, que através de seu potencial de liderança e movida pela dor, pelo descaso, pela necessidade e o desejo de vencer as mazelas da comunidade, reuniu mulheres excluídas do mercado de trabalho com idade avançada e baixa escolaridade, para que juntas pudessem lutar por melhorias tanto na suas vidas quanto na comunidade.

A instituição foi capacitada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) do Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (CATRUFES). A partir desse processo de incubação a ACUP formou uma rede conhecida como Mãos da Periferia, composta por 45 mulheres que são de diferentes bairros periféricos da cidade de Feira de Santana. Essas mulheres passaram a confeccionar artesanatos, tais como: confecção de peças de Fuxico¹, principal artesanato; customização de sandálias havaianas; confecção de peças com E.V.A.; confecção de ursos de pelúcia e bonecas de pano; confecção de pesos para porta e conjuntos para banheiro e ainda pinturas em tecidos (Figura 2).

Vale lembrar que a ACUP se faz presente na comunidade Pedra do Descanso há quinze anos. Alicerçada nos ideais de solidariedade e justiça social a mesma tem fomentado a geração de emprego e renda para as mulheres associadas. A atividade realizada pela ACUP se

enquadra nos moldes de economia solidária com pressupostos diferentes dos disseminados no capitalismo.

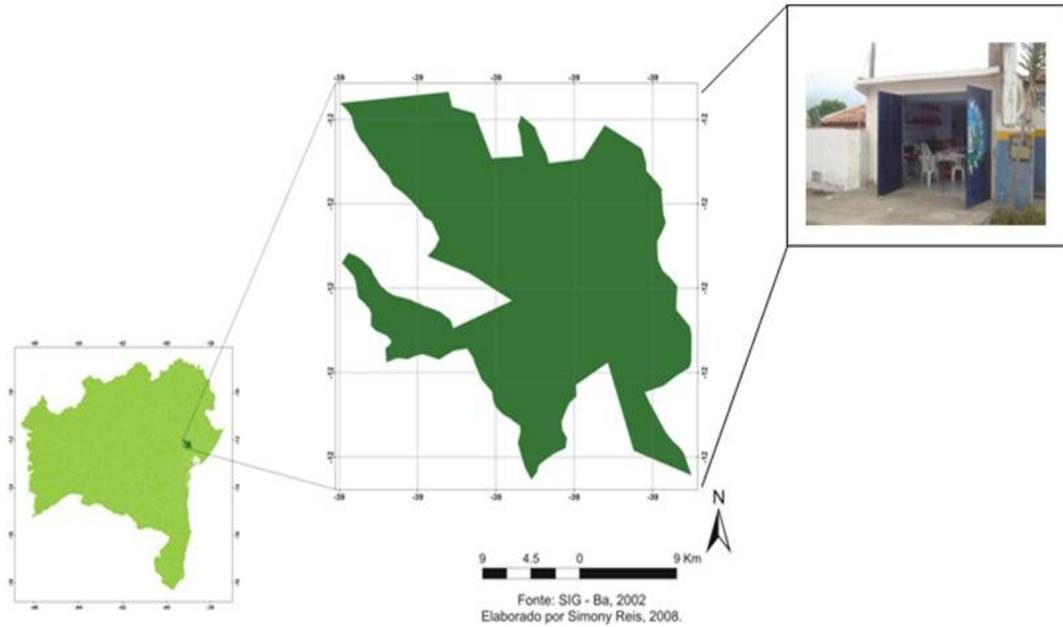


Figura 1. Mapa da Bahia com a localização do município de Feira de Santana, seqüenciado com o recorte do município e foto da sede da ACUP



Figura 2. Artesanatos produzidos pelas mulheres da ACUP

4.1. Dimensão social

No âmbito social, algumas características da economia solidária foram observadas na experiência da ACUP. Os processos decisórios são democráticos e com participação efetiva do grupo. Segundo Singer (2002) esse processo é denominado de autogestão possibilitando interações democráticas e igualitárias levando o grupo a tomar decisões estratégicas em conjunto. Existe ainda a sociabilidade comunitário-pública com padrões comunitários e práticas profissionais, tais como: pacto de convivência nas relações de trabalho, regimento interno da associação, respeito à carga horária e jornada de trabalho. Vejamos o que afirma a Coordenadora Paixão:

[...] a gente fez um pacto de convivência, bom, aqui não se tem patrão nem empregado, né... aqui temos mulheres responsáveis que querem mudar de vida e que uma se apóia na outra, então nós escolhemos dois dias na semana pra se reunir, no primeiro momento dois dias, terça e quinta. A questão do horário, todo mundo sabe que no comércio lá fora é duas horas que começa de duas às seis horas, como a gente tem que ir pra casa fazer o café, de duas às cinco horas da tarde, então, quem chegar atrasado tem que justificar e depois alguém do grupo, como se fosse uma porta-voz vai falar o que aquela pessoa perdeu no início da reunião.

4.2. Dimensão econômica

A instituição apresenta pluralidade dos princípios econômicos na medida em que há uma articulação com instituições parceiras na busca de recursos, capacitações e matéria-prima. Logo, essas relações se dão no âmbito mercantil, não-mercantil e não-monetário.

As relações mercantis ocorrem na sua maioria através das vendas dos produtos em feiras de Economia Solidária, Stands fixos na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), distribuição de sandálias customizadas para representante em São Paulo, além de vendas na própria instituição à comunidade local. As relações não mercantis se dão com as parcerias fornecidas à associação, tais como: doação de retalhos para confecção de fuxico por pequenas indústrias de confecções, capacitação da equipe através da incubadora e de cursos fornecidos pela UEFS e pelo SEBRAE, por exemplo. As relações não monetárias ocorrem com os serviços voluntários tanto externos quanto internos. A ACUP presta serviços à comunidade local a exemplo da fiscalização dos serviços públicos, repasse de informações e algumas campanhas quando necessárias. No que se refere aos serviços internos, existe no grupo a troca de favores entre as componentes, a exemplo da venda dos produtos onde uma vende para a outra, mesmo com a remuneração sendo individual.

Boa parte da produção das peças artesanais é confeccionada a partir da demanda do mercado, pois a instituição é auto-sustentável e depende da venda dos produtos para se manter economicamente.

Os principais gargalos (desafios) enfrentados são a construção de um espaço físico próprio, o escoamento da produção e a fixação do preço para comercialização, vejamos:

[...] A questão de você escoar a produção, ter onde entregar é problema, mas é o tipo da coisa, se a gente persiste, porque a gente sabe que dá certo, você deve ter sempre produtos inovadores, diferentes e atender o que o público quer. Como eu disse a gente não faz artesanato pra gente, a gente faz artesanato pra quem consome pra quem gosta, então se o povo quer, o que o povo nos encomenda é isso que agente vai fazer, entendeu?

Assim, concordamos com Azevedo (2003, apud MOURA et.al, 2004) quando ela afirma que o empreendimento autogestionário como qualquer outro empreendimento precisa estar atento aos cenários externos e aos concorrentes, buscando atingir a fidelidade e a conquista de novos clientes oferecendo produtos diferenciados e com qualidade e preços competitivos. Segundo Moura et.all (2004), Gaiger (1996) se aproxima da idéia de Azevedo (2003) afirmando que o empreendimento solidário tende a incorporar inicialmente a base técnica capitalista, para depois construir formas de administração, gerenciamento e remuneração do trabalho de forma que melhor se encaixe na natureza solidária do empreendimento.

4.3. Dimensão pública

O empreendimento pesquisado apresenta uma finalidade multidimensional ao projetar-se no espaço público não apenas para satisfazer as necessidades econômicas do grupo, mas também as ideológicas, culturais, sociais e políticas.

A ACUP se projetou positivamente no bairro, na cidade e no território de identidade (Portal do Sertão).

Essa comunidade antes da Associação era um descaso total. Hoje nós temos esgoto, temos saneamento, temos posto de saúde, temos ônibus, tudo isso depois dos 15 anos da Associação. Então a gente se sente contemplado, a diretoria executiva da ACUP se sente contemplada de saber que a gente fez como cidadãos o que a gente poderia ter feito, porque também a gente não é poder público né, mas com certeza umas duas gotas a gente já jogou.

A instituição é também fonte de pesquisa para estudantes de nível médio, graduação e pós-graduação. As associadas são sempre convidadas para ministrarem palestras, participarem de feiras e outros eventos.

Os desafios enfrentados pela associação são: implantação de uma escola para alfabetizar as mulheres associadas que possuem sérias dificuldades nos trabalhos que exigem

leitura e escrita, fundação de uma rádio comunitária para facilitar o repasse de informações à comunidade local, e por fim, a transição de Associação para Cooperativa, pois almejam maior projeção social, econômica e política.

4.4. Dimensão técnico-produtiva

A remuneração das associadas ocorre de forma individual, elas recebem pelo que produzem e sentem-se contentes com a atividade que exercem. Juntas pesquisam via internet novidades sobre os artesanatos que produzem, a fim de inovarem e conquistar cada vez mais os clientes. Vale ressaltar que a remuneração individual não exclui o espírito solidário das participantes da ACUP.

5. Conclusões

A ACUP tem uma importância ímpar na vida de um grupo feminino que estava excluído do processo de produção, mas que venceu esse estorvo através do trabalho com artesanato, o qual gerou emprego e renda. Essas mulheres depois que se inseriram nesse tipo de organização tiveram sua auto-estima elevada bem como, melhorias não só na qualidade de suas vidas como também da comunidade.

O processo de incubação foi imprescindível para a projeção positiva da ACUP na comunidade e no município, tendo em vista que a mesma abarcou mulheres com baixa escolaridade, que estavam fora do mercado de trabalho, sem práticas não só na confecção de alguns artesanatos, como também de gestão, gerenciamento e escoamento da produção.

Seguindo uma linha de análise das particularidades da gestão dos empreendimentos econômicos solidários, encontramos na ACUP os seguintes aspectos das dimensões social, econômica, pública e técnico produtiva: pluralidade dos princípios econômicos, autonomia institucional, sociabilidade comunitário- pública e finalidade multidimensional.

Percebemos que o surgimento da ACUP recriou um grupo de mulheres da periferia, pois a partir do momento em que se uniram, passaram a ser “enxergadas” por elas mesmas e pela comunidade local e regional como trabalhadoras e portadoras de potenciais. Podemos inferir que a ACUP está projetada positivamente, pois, possibilita melhorias tanto sociais quanto econômicas à comunidade na qual se insere. Entretanto, precisa superar alguns desafios como a construção do espaço físico próprio, o escoamento da produção, a fixação de preços, a implantação de uma escola para alfabetizar as mulheres associadas, a fundação de uma rádio comunitária, além da migração para cooperativa.

Nessa perspectiva, as ações desenvolvidas pela ACUP tornam-se evidentes nas redes de cooperação que se voltam para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária que visa à construção de novos paradigmas e novos atores sociais rumo ao fortalecimento da democracia e da cidadania.

6. Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. V.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de. **Esclarecendo terminologias**: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular. Revista de Desenvolvimento Econômico, Ano III, Nº 5, Salvador, 2001.

MOURA, Maria Suzana, SILVA JUNIOR, Jeová Torres, HOCHE, Esdras, DA SILVA, Manuela Ramos, MAGALHÃES, Ósia Alexandrina V. e TEIXEIRA, Luiza Reis. **A Análise da Gestão de Empreendimentos Solidários**. Salvador, 2002.

MOURA, M. S.S.; SILVA JUNIOR, J. T.; MAGALHÃES, Ó. A. V.; TEIXEIRA, L. R.; SILVA, M. R. **Especificidades da gestão de empreendimentos na economia solidária**: breve estado da arte sobre o tema. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INVESTIGADORES DO COOPERATIVISMO, 2004, São Leopoldo. **Anais...**, 2004.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários. Disponível em:

http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_empreendimento.asp Acesso em: 10 de Agosto de 2011.

Notas:

ⁱ Técnica artesanal que aproveita restos de tecido (retalhos) para criar e customizar roupas, acessórios e objetos. Esta é a principal atividade da Rede.